



Luiz Firmino Pereira

Pesquisador do FGV CERI



Paulo Canedo

Professor do Programa de Engenharia Ambiental da UFRJ

Água e risco: a crônica da insegurança hídrica metropolitana

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, foi pioneira ao estabelecer que os conflitos em bacias hidrográficas devem ser geridos de forma tripartite — com a participação de governos, usuários e sociedade civil —, por meio de comitês de bacia hidrográfica (CBHs) dotados de caráter deliberativo.

No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), os CBHs têm desempenhado um papel importante, especialmente em ações nas microbacias como restauração florestal, saneamento rural, monitoramento e educação ambiental. Em boa parte, essas ações são custeadas por recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tal como se identifica na “page report” abaixo, relativa aos últimos cinco anos no estado do Rio de Janeiro sobre segurança hídrica, extraída do *link*¹ de acesso ao Power BI - Ambiente +, da SEAS/Inea.

Na “page report”, chama a atenção os cerca de R\$ 3,4 bilhões em investimentos. Entretanto, ao abrir a planilha de projetos, verifica-se que pouco mais de R\$ 2,8 bilhões se referem ao projeto de implantação do Guandu II, nova Estação de Tratamento de Água (ETA) da Cedae, e R\$ 366 milhões à implantação do *bypass* (túnel de redundância) da transposição do Paraíba do Sul para o Guandu. Ou seja, tirando esses dois projetos, ficamos com cerca de R\$ 200 milhões em ações, os quais se referem a muitos projetos dos CBHs e alguns projetos das concessionárias de saneamento que assumiram os sistemas de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos em 2021.

Embora a maioria dos comitês tenha sido implantada e esteja em pleno funcionamento, os comitês nem sempre conseguem decidir e/ou ver efetivadas as soluções sobre temas mais críticos. A crise hídrica de 2015

em São Paulo, cujo manejo acabou arbitrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), tornou-se um símbolo dessa dificuldade.

A despeito das várias iniciativas importantes identificadas, essa incapacidade de efetivação de projetos mais estruturantes perpetua um quadro crônico de insegurança hídrica como se observa na RMRJ, abastecida principalmente por duas ETAs estratégicas: a do Guandu (porção oeste metropolitana) e de Imunana-Laranjal (porção leste metropolitana).

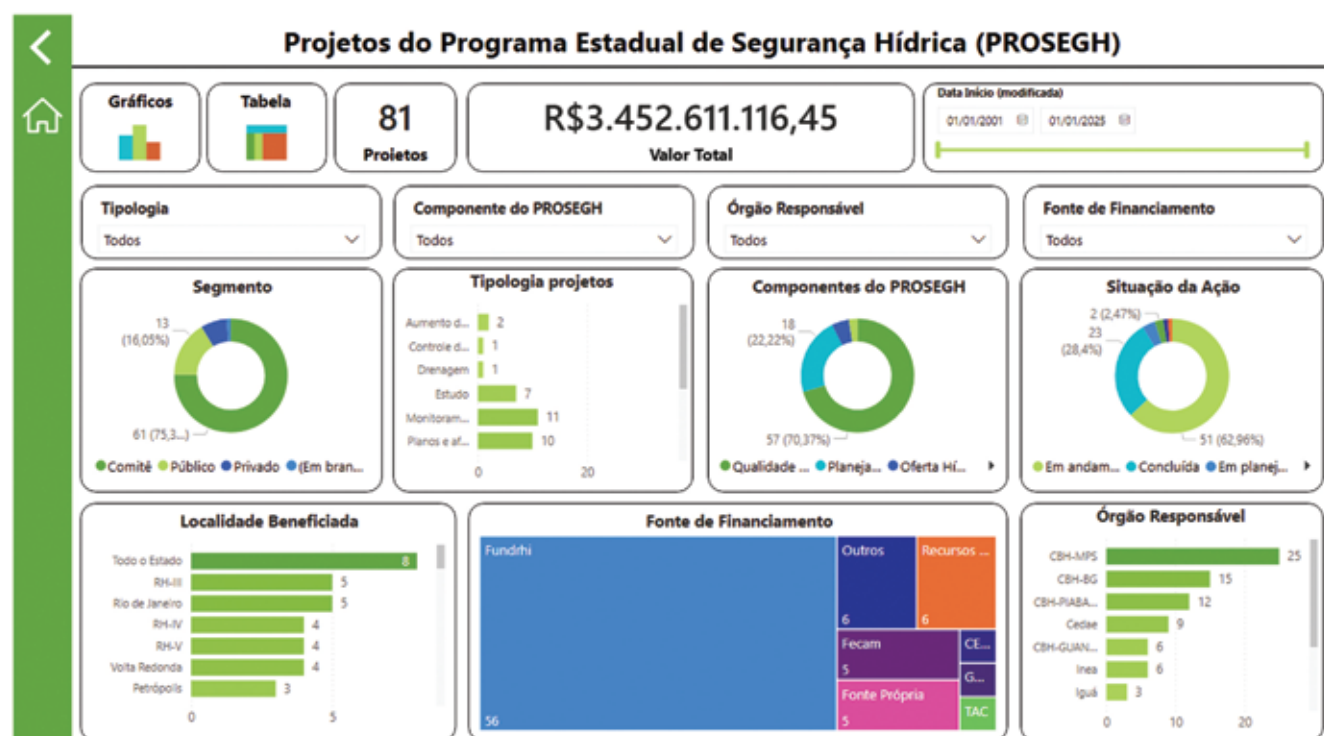
Em 2007, o lado leste da RMRJ enfrentou uma crise tão severa que, pela primeira vez, o órgão gestor de recursos hídricos do estado precisou suspender todos os usos de água para agricultura e indústria, a fim de priorizar o abastecimento humano — conforme estabelece a PNRH.

A despeito das várias iniciativas importantes identificadas, essa incapacidade de efetivação de projetos mais estruturantes perpetua um quadro crônico de insegurança hídrica

Diante dessa crise, emergiu um projeto antigo: a construção de uma barragem para regularizar a vazão do rio responsável pelo abastecimento regional. A proposta, porém, foi rejeitada pela população local, preocu-

pada com os impactos, e acabou retirada de pauta nos governos seguintes. Alternativas à barragem estão registradas tanto no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI) quanto no Plano de Bacia do CBH BG, e se somam a propostas acadêmicas que vão de soluções modestas a megaprojetos bilionários.

A preocupação com a segurança hídrica do leste metropolitano já havia sido reconhecida em 2008, quando o licenciamento do polo petroquímico na bacia condicionou que o empreendimento contribuisse com a solução do abastecimento local. Embora o polo não tenha sido concluído, resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, e até hoje aguarda definição para investir valores consignados à época em que foi assinado.





Não bastasse a insegurança
relativa à demora nas
obras estruturantes,
estaremos sempre sujeitos
a agravamentos, como
mostraram os episódios de
contaminação das águas

Em 2021, com a concessão dos serviços de saneamento, restou estipulado que o vencedor da concessão do lado leste deveria investir na construção da barragem até o quinto ano da concessão, visando à solução do déficit hídrico regional. Entretanto, dado o imbróglio de rejeição na ideia da barragem, segue-se aguardando a conclusão de um Plano Estadual de Segurança Hídrica que aponte nova solução.

No lado oeste da RMRJ, a situação também é crítica. O sistema de transposição de águas do Rio Paraíba do Sul para o Guandu operado pela Light depende de um único túnel, cuja falha poderá significar interrupção severa no abastecimento de mais de 9 milhões de pessoas (tratamos desse assunto edição de junho de 2023 da *Conjuntura Econômica*: <https://go.fgv.br/frVQQ7s2v2H>). Após décadas de alertas, a construção do *bypass*, demanda antiga, já aparece na “page report” mostrada

acima como um dos grandes investimentos (R\$ 366 milhões) a serem feitos pela Light (devidamente autorizados pela Aneel). Contudo, as obras, depois de iniciadas, foram interrompidas sob a alegação de descumprimento contratual pela empreiteira e não mais retomadas.

Assim, de um lado, o leste metropolitano permanece, 18 anos após a crise de 2007, sem solução estruturante, apesar de disponibilidade razoável de recursos. De outro, o oeste metropolitano vê a obra emergencial do “bypass” paralisada, apesar de os recursos para tal investimento terem sido assegurados.

Não bastasse a insegurança relativa à demora nas obras estruturantes, estaremos sempre sujeitos a agravamentos, como mostraram os episódios recentes de contaminação das águas junto às captações: a) no Guandu, com presença de surfactantes na água junto à captação, e b) em Imunana, com a presença de tolueno na água junto à captação — em ambos os casos, gerando comprometimento por alguns dias no fornecimento de água tratada.

Em suma, se há algo resiliente na RMRJ é a persistência dos problemas hídricos conhecidos há décadas, e a dificuldade de levar adiante as soluções. A insegurança hídrica permanece como um risco concreto, à espera de soluções que não se concretizem. ■

¹Ver slide 27 da Power BI - Ambiente +, da SEAS/Inea: <https://go.fgv.br/dDet2BlkdOL>.